

INTERESSADA: Marisa Murry

ASSUNTO: Pedido de equivalência de estudos realizados em curso de aprendizagem de Escola SENAI

RELATOR: Cons. Eloysio Rodrigues da Silva

PARECER CEE Nº 1261/75, CPG, Aprovado em 23/abril/75

Com. ao Pleno,
em 30/04/75

(Proc. CEE nº 0917/75).

I- RELATÓRIO

HISTÓRICO:

1.1 - Marisa Murry, filha de Ernesto Alberto Murry e de dona Vera Cruz Murry, nascida em São Paulo - SP a 20/03/1958, domiciliada e residente na rua Jaime Costa nº 2 - Vila Albertina, tendo concluído o Curso de Aprendizagem Industrial no Centro de Formação Profissional- Prefeitura-SENAI, solicita pronunciamento deste Conselho quanto ao nível em que poderá ser reconhecida a equivalência desses estudos visando a prosseguir-los no ensino regular de 1º grau.

1.2- É o seguinte o histórico escolar da requerente:

1.2.1- curso primário, com 4 (quatro) séries;

1.2.2- curso de Aprendizagem Industrial, com a duração de 2 (dois) graus (10 meses), no Centro de Formação Profissional- Prefeitura - SENAI, onde estudou: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Físicas e Biológicas, Desenho, Estudos Sociais, (incluindo História do Brasil e Geografia do Brasil), Educação Moral e Cívica, Educação Física e Prática de Oficina;

1.2.3- em 21 de dezembro de 1972 recebeu o certificado de Aprendizagem da especialidade de "Costura Industrial".

1.3- A documentação escolar está em ordem e atende às exigências da Resolução CEE-nº 19/65.

PROCESSO CEE- Nº 917/75

PARECER CEE-Nº 1261/75

2. FUNDAMENTAÇÃO:

2.1 O Decreto-Lei Federal nº 937/69, alterando a redação do artigo 51 da Lei Federal nº 4024/61, permitiu aos concluintes dos cursos de aprendizagem o prosseguimento de estudos no ensino regular. Em seu Parágrafo Único, artigo 1º, assim dispõe o citado diploma, legal: "Os portadores de carta de ofício ou certificado de conclusão de curso de aprendizagem poderão matricular-se nos estabelecimentos de ensino médio, em série adequada ao grau de estudos que hajam atingido no curso referido".

2.2 A Lei Federal nº 5692/71, pelo Parágrafo Único do artigo 27, mantém a mesma possibilidade: "Os cursos de aprendizagem e os de qualificação darão direito a prosseguimento de estudos, quando incluïrem disciplinas, áreas de estudos e atividades que os tornem equivalentes no ensino regular, conforme estabeleçam as normas dos vários sistemas".

2.3 A Deliberação CEE-nº 14/73, ao fixar normas gerais para o ensino supletivo, em seu artigo 12, alínea "a", dispõe: "a) Cursos de Aprendizagem, de duração variável de um a quatro anos, ao nível de uma ou mais das quatro últimas séries do ensino de 1º grau e em complementação a esse ensino, destinados exclusivamente a uma formação profissional ou incluindo disciplinas de Educação Geral e, neste caso, equivalentes a ensino regular, habilitando a prosseguimento de estudos na série ulterior, correspondente, do ensino regular" (o grifo é nosso). Na alínea "b", a mesma Deliberação explicita: "b) Cursos de Aprendizagem intensivos que, além da formação profissional, ministrem Educação Geral equivalente à das quatro últimas séries do ensino de 1º grau, restritos a concluintes da 4ª série desse grau de ensino". E, no Parágrafo Único do mencionado artigo 12: "Para que habilitem os concluintes ao prosseguimento de estudos a nível de 2º grau, os cursos previstos na alínea "b" deste artigo deverão ter, no mínimo, dois anos ou quatro semestres de duração e 2880 horas/aula e incluir atividades, áreas de estudos e disciplinas que os tornem equivalentes ao ensino regular" (o grifo é nosso).

2.4 O Parecer CEE-nº 720/73, acolhido pelo Pleno, aprovou o Regimento das Escolas SENAI e os planos de cursos de aprendizagem. Nestes, cada semestre corresponde a um "termo" com 100 dias letivos e, cada "termo", para fins de equivalência, corresponde a uma "série do ensino regular".

2.5- O antigo "grau" - denominação que o SENAI vinha adotando para cada semestre letivo correspondia a um "termo" atual.

2.6- A requerente realizou curso de aprendizagem com a duração de 2 "graus" ou, com a denominação adotada nos "planos de cursos" aprovados pelo CEE, de 2 "termos", ou ainda de 2 "séries". Cada grau teve a duração de 850 horas/aulas, excedendo, portanto, ao mínimo previsto no Parágrafo Único do artigo 12, deliberação CEE nº 14/75, isto é, 720 horas (2880: 4 séries = 720 horas/aula, por séries).

2.7- O elenco de matérias do currículo do curso que a interessado realizou é equivalente ao previsto pela Resolução CFE nº 8/71.

2.8- Há vários pareceres deste Conselho favoráveis ao pedido de equivalência em cursos similares, já havendo, portanto, jurisprudência firmada a respeito.

II- CONCLUSÃO

À vista do exposto, votamos no sentido de que este Conselho reconheça os estudos realizados por Marisa Murry no curso de Aprendizagem ministrado no Centro de Formação Profissional - Prefeitura - SENAI, como equivalentes aos cumpridos na 6ª série, podendo-se, portanto, autorizar-lhe a matrícula na 7ª série do ensino do 1º grau.

A escola que acolher a matrícula da interessada deverá submetê-la a processo de adaptação nas disciplinas em que tal processo seja considerado necessário.

São Paulo, 23 de Abril de 1975.

a) Cons. Eloysio Rodrigues da Silva.

Relator

III- DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DE ENSINO DO PRIMEIRO GRAU, no uso de sua competência, deferida pela Deliberação de 09 de outubro de 1973, adota como seu Parecer, por deliberação aprovada na sessão hoje realizada, a conclusão do Voto do Nobre Conselheiro.

Presentes os Nobres Conselheiros: Elisiário Rodrigues de Sousa, Eloysio Rodrigues da Silva, Henrique Gamba, José Conceição Paixão, Maria da Imaculada Leme Monteiro e Maria de Lourdes Mariotto Haidar.

Sala das Sessões, em 23 de Abril de 1975.

a) Cons. Maria de Lourdes Mariotto Haidar

Presidente